

Para os devidos fins, que este
DOCUMENTO foi publicado no D O E
Nesta Data, 29 / 12 / 2017
Carla Lucia S
Serência Executiva de Registro de Atos
Legislação da Casa Civil do Governador

ESTADO DA PARAÍBA

VETO TOTAL

Nº 231/2018

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da
Paraíba,

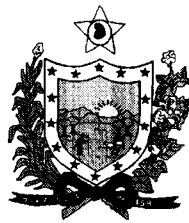
Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por considerar inconstitucional, decidi vetar o Projeto de Lei nº 1.402/2017, de autoria do Deputado Bruno Cunha Lima, que “Determina a inserção da condição da pessoa diagnosticada com a Síndrome de Kartagener, abaixo do nome do titular, na cédula de identidade.”

RAZÕES DO VETO

Não obstante o mérito da propositura, sou obrigado a vetar o projeto de lei por apresentar inconstitucionalidade formal pelas razões a seguir expostas.

Trata-se, no caso, de invasão de competência privativa da União para legislar sobre registro público conforme disposto no art. 22, inciso XXV da Constituição Federal.

O projeto de lei obriga o órgão estadual responsável pela emissão da Carteira de Identidade a incluir no documento a condição da pessoa diagnosticada com a Síndrome de Kartagener, abaixo



ESTADO DA PARAÍBA



do nome do titular.

A normatização a respeito dos requisitos necessários à emissão da Carteira de Identidade, bem como dos elementos que ela deve conter, constitui tema pertinente ao registro civil de pessoas naturais.

O art. 22, inciso XXV da Constituição Federal assim dispõe:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
(...)
XXV – registros públicos;” (grifo nosso)

Além disso, a inserção de dados em Carteira de Identidade deve ser uma norma de caráter geral, portanto, também de competência da União.

A uniformidade da matéria no território nacional emerge da própria finalidade social da manutenção de registros públicos.

Revestindo-se a cédula de identidade da natureza jurídica de registro público, a sua disciplina legislativa compete privativamente à União.

Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, eventual sanção não convalidaria o vício de inconstitucionalidade:



ESTADO DA PARAÍBA



“A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade.

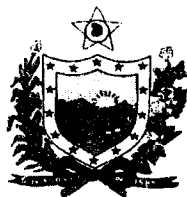
Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes.” (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.) No mesmo sentido: ADI 2.305, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 30-6-2011, Plenário, DJE de 5-8-2011; AI 348.800, Rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, julgamento em 5-10-2009, DJE de 20-10-2009; ADI 2.113, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 4-3-2009, Plenário, DJE de 21-8-2009; ADI 1.963-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 18-3-1999, Plenário, DJ de 7-5-1999; ADI 1.070, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 29-3-2001, Plenário, DJ de 25-5-2001. (grifo nosso)

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei nº 1.402/2017, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

João Pessoa, 28 de dezembro de 2017.

RICARDO VIEIRA COUTINHO

Governador



**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Certifico, para os devidos fins, que este
PROJETO DE LEI FOI VETADO
e publicado no D.O.E. nesta data

29/12/2017

Veto
Gerência Executiva de Registro de Atos e
Legislação da Casa Civil do Governador



AUTÓGRAFO Nº 780/2017

PROJETO DE LEI Nº 1.402/2017

AUTORIA: DEPUTADO BRUNO CUNHA LIMA

VETO

João Pessoa, 28/12/2017


Ricardo Vieira Coutinho
Governador

Determina a inserção da condição da pessoa diagnosticada com a Síndrome de Kartagener, abaixo do nome do titular, na cédula de identidade.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica determinada no âmbito do Estado da Paraíba a inserção da condição da pessoa diagnosticada com a Síndrome de Kartagener, abaixo do nome do titular, na cédula de identidade.

Art. 2º Para fins a que se destina esta Lei, compreende-se como Síndrome de Kartagener, também denominada de discinesia ciliar primária, a condição congênita identificada sob *situs inversus*, qualidade física onde os órgãos do tórax e abdômen estão transpostos.

Art. 3º No ato da emissão da cédula de identidade (Registro Geral – RG) a pessoa diagnosticada com a condição descrita nesta Lei deverá requerer a inclusão distintiva no documento, conforme o art. 1º.

Parágrafo único. O *caput* deste artigo se processa mediante documentação médica comprobatória.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”, João Pessoa, 12 de dezembro de 2017.


GERVÁSIO MAIA
Presidente